

A OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF): UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DO PROGRAMA NA GERAÇÃO DE RENDA E NA CAPACIDADE PRODUTIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE PELOTAS-RS

EDILSON VASCONCELOS RIBEIRO JÚNIOR¹; GIANCARLA SALAMONI²

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPel) - edilsonvrjr@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas (UFPel) - gi.salamoni@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O interesse pela pesquisa sobre a agricultura familiar surgiu do desejo em compreender como se dão as relações no campo, ambiente onde se encontram grandes índices de pobreza e desigualdade. A agricultura familiar enquanto segmento gerador de emprego e renda busca propiciar um desenvolvimento local e sustentável, no qual aspectos econômicos, sociais, culturais e ecológicos devem estar em consonância com a busca de soluções para a diminuição da desigualdade no campo.

A partir de 1994, foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), com o objetivo de destinar um volume de crédito com taxas de juros mais acessíveis aos agricultores familiares³. Em 1995, o Provap foi reformulado, dando origem ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), política de crédito rural com pretensão de democratizar o acesso à terra e fortalecer a agricultura familiar nas bases do desenvolvimento rural. Os agricultores familiares passaram a ter direito à aquisição, armazenamento, crédito, comercialização e assistência técnica. Para (GUANZIROLI, 2007), o programa se estendeu por todo o país, ampliou o montante financiado, desenvolveu programas especiais para atender diversas categorias, assumiu a assistência técnica e reforçou a infraestrutura dos agricultores e dos municípios em que se encontrava.

A pesquisa ao investigar a agricultura familiar, torna explícita sua relevância e contribuição ao articular - o desenvolvimento e desempenho do Pronaf - e as modalidades de Crédito e Infraestrutura e Serviços Municipais - na análise sobre os impactos do programa na vida dos agricultores familiares, tendo como problema de pesquisa o seguinte questionamento principal: quais os efeitos do Pronaf na geração de renda e na produção agrícola entre agricultores familiares beneficiados pelo programa no município de Pelotas-RS? Como questão secundária, questiona-se sobre quais as repercussões para o desenvolvimento rural da política pública do Pronaf no recorte pesquisado.

¹ Graduado em Ciências Econômicas - Universidade Católica do Salvador (UCSAL), mestrando em Geografia - Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas (PPGeo/UFPel).

² Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pelotas (PPGeo/UFPel).

³ Os recursos do Provap eram concedidos pelo BNDES. Porém, os resultados do programa foram bastante restritos, sobretudo em função das dificuldades que os agricultores familiares enfrentaram para atender as exigências do sistema financeiro.

O objetivo geral da investigação a ser realizada, com vista a alicerçar às indagações à agricultura familiar, é:

- Analisar os impactos do Pronaf na geração de renda e na capacidade produtiva dos agricultores familiares entre 2003 e 2010, no município de Pelotas-RS.

O objetivo geral, divide-se nos seguintes objetivos específicos:

- Avaliar a trajetória histórica de criação e implementação do Pronaf, dando destaque às mudanças institucionais;
- Investigar sobre as repercussões do Pronaf Crédito, e Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais, na ampliação da infraestrutura do espaço rural;
- Verificar os efeitos do Pronaf na organização das unidades familiares no que tange a geração de renda e na organização da produção.

A meta é analisar os impactos do Pronaf na renda e na produção dos agricultores familiares, bem como, seu papel no desenvolvimento rural do município de Pelotas-RS. O intuito final do estudo será analisar se o Pronaf foi uma possibilidade real à manutenção das iniquidades existentes no campo, e se a intervenção do programa nas áreas de crédito e infraestrutura e serviços municipais possibilitaram uma retomada concreta dos programas de desenvolvimento rural com base na agricultura familiar do município de Pelotas-RS.

2. METODOLOGIA

A investigação se estrutura, a priori, no aprofundamento da matriz teórica, em consonância com a revisão da literatura. Ao buscarmos o entendimento acerca da dinâmica da agricultura familiar no governo Lula, a investigação se dá por meio de uma abordagem qualitativa, tal escolha, se deu pautada na premissa de que esta se manifesta na busca de um entendimento mais acentuado e, se necessário, subjetivo do objeto de investigação, no caso em tela, a agricultura familiar. A pesquisa tem como método o estudo de caso⁴, que se caracteriza por ser um estudo aprofundado de um ou mais casos/fenômenos empíricos dentro da sua realidade particular com o objetivo de compreender o todo de um caso e proporcionar um conhecimento amplo e detalhado deste(s) por meio da utilização de variadas fontes. (GIL, 2011); (YIN, 2015).

O trabalho será alicerçado em uma análise nacional, por grandes regiões, e por Unidades da Federação, onde através do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), examinaremos o valor da produção, o valor da produção por hectare e por pessoa engajada na produção, e do Anuário Estatístico⁵ do Crédito Rural⁶ do Banco Central do Brasil (BCB), onde por meio do Pronaf Crédito⁷, destacaremos os aspectos dos contratos efetuados, e o volume de recursos repassados, da mesma maneira, será avaliado o desempenho do Pronaf

⁴ Os indicadores que utilizaremos na nossa investigação serão abarcados por um método amostral de cunho qualitativo.

⁵ Estas informações tornam-se relevantes para saber qual o valor em reais que produtores rurais têm tomado no Pronaf, objetivando fazer comparativos entre valores tomados versus melhoria na renda e na qualidade de vida.

⁶ O Banco Central do Brasil (BCB) disponibiliza o Anuário Estatístico do Crédito Rural entre 1999 a 2012, os dados a partir de 2013 podem ser obtidos acessando a Matriz de Dados do Crédito Rural (MDCR), através do link: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/MICRRURAL/>, também disponível no sítio do BCB.

⁷ Sem distinção do que é crédito de custeio e de investimento.

Infraestrutura e Serviços Municipais, ressaltando o número de municípios beneficiados, o montante de recursos disponibilizados.

Dadas suas características, o trabalho pode ser classificado como descritivo e exploratório ao mesmo tempo. Enquanto descritivo, tem por objetivo descrever as características da agricultura familiar, ao buscar estabelecer relações entre o Pronaf e o governo Lula. Enquanto exploratório, possui o objetivo de proporcionar uma maior familiaridade com a agricultura familiar ao investigar se houveram mudanças nas políticas públicas rurais entre 2003 e 2010.

Já na construção e levantamento de dados⁸, temos as pesquisas bibliográfica e documental. Buscaremos coletar dados objetivos e subjetivos, os dados objetivos serão obtidos através de fontes secundárias, tais como: censos, estatísticas, etc. Já os dados subjetivos serão obtidos por meio de fontes primárias, como a entrevista, pois esta permite se relacionar com os valores, as atitudes e as opiniões dos entrevistados, o que irá agregar informações para se alcançar os objetivos pretendidos.

As entrevistas serão calcadas em roteiros semi-estruturados, pois são capazes de gerar questionamentos que podem ser frutos de novas hipóteses a partir dos entrevistados. Em (TRIVIÑOS, 1987), a entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações. Assim, analisaremos os impactos do Pronaf na geração de renda, na produção dos agricultores familiares e no desenvolvimento rural do município de Pelotas-RS durante o governo do ex-presidente Lula.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Possuímos a pretensão de investigar se o Pronaf, enquanto política pública, mostrou-se uma opção à perpetuação da exclusão, e da desigualdade dominante no campo brasileiro, ao possibilitar uma retomada concreta dos programas de desenvolvimento rural com base na agricultura familiar. Desejamos descobrir se o programa cumpriu sua finalidade de prover crédito e se estimulou a implantação, ampliação, modernização de infraestrutura e serviços públicos municipais necessários ao fortalecimento da agricultura familiar.

Pode-se visualizar um processo de justiça social e diminuição das desigualdades existentes no meio rural, pois essas políticas enquanto medidas estruturais têm o dever de minimizar a crise social, impactando diretamente nas condições de vida do agricultor familiar, devendo fazer parte de um projeto de desenvolvimento que valorize o campo como espaço de vida, em que sejam garantidas oportunidades, ao transpor o arcabouço que mantém nossa sociedade historicamente injusta e profundamente díspar.

Nessa perspectiva, aliando os conceitos teóricos aos dados coletados, será possível interpretar a estrutura da agricultura familiar no município de Pelotas-RS

⁸ A análise dos dados dialogará, a todo momento, com a bibliografia específica sobre a agricultura familiar.

entre 2003 e 2010 e concluir quais foram as contribuições do Pronaf na geração de renda e na capacidade produtiva dos agricultores familiares.

4. CONCLUSÕES

A consolidação do programa enquanto política de desenvolvimento rural efetiva ainda depende de importantes avanços operacionais e institucionais. (AQUINO; SCHNEIDER (2011); (BASTOS, 2006); (BITTENCOURT, 2003); (ABRAMOVAY; VEIGA (1999). Apesar do montante de recursos disponibilizados, do número de contratos efetuados, e do número de municípios favorecidos, o Pronaf denota ainda está longe de atender às reais necessidades dos agricultores familiares. Portanto, nossa hipótese mais básica é a de que a escassez de recursos disponibilizados para abarcar o universo dos agricultores familiares impacta no processo de desenvolvimento rural, a partir daí, vislumbramos problemas relacionados aos agentes financeiros que operam o programa, pois o sistema bancário dificulta o acesso de agricultores familiares com níveis de renda mais baixo, com obstáculos burocráticos onde são requeridas garantias nem sempre condizentes com a realidade do agricultor familiar.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J.E. da. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (FIPE)/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, Brasília/DF:, Texto para Discussão nº 641, 49 p., 1999.

AQUINO, J.R. de; SCHNEIDER, S. 12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, Viçosa, MG, v. 1, n. 2, p. 309-347, jul./dez. 2011.

BASTOS, F. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar**. São Paulo (SP): Editora Polis Ltda, 2006.

BITTENCOURT, G.A. **Abrindo a caixa-preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente (IE/UNICAMP). Campinas (SP).

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2011.

GUANZIROLI, C.E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, R.K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2015.